

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

1 Ao vigésimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco,  
2 às oito horas e 30 minutos, reuniu-se para a realização da 388ª Reunião  
3 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde/CES/MS no auditório do  
4 Conselho Estadual de Saúde, situado na Rua 25 de Dezembro, n.º 1231 –  
5 Cruzeiro, na cidade de Campo Grande/MS, os conselheiros estaduais,  
6 titulares e suplentes. Presentes os seguintes Conselheiros:  
7 **Representantes do Fórum dos Gestores/Prestadores de Serviços do**  
8 **SUS:** Edelma Lene Peixoto Tiburcio, Larissa Domingues Castilho de Arruda,  
9 Hermeto Macario Amim Paschoalick, Angélica Cristina Segatto Congro e  
10 André Vinicius Batista Assis. **Representantes do Fórum dos**  
11 **Trabalhadores em Saúde:** Eliane Souza Duarte, Eleonor de Jesus  
12 Ximenes, Josimar de Souza Figueiredo, Ricardo Alexandre Correa Bueno,  
13 Renato Soares, João Batista Botelho de Medeiros, Eurides Monteiro, Caio  
14 Leonedas de Barros e Ivete Alves Arantes. **Representantes do Fórum dos**  
15 **Usuários do SUS:** Evanilson Campos Gonçalves, Ada Maria da Cunha  
16 Rodrigues Venturini, Helenair Francisca Carvalho, Marcela Fardin  
17 Montenegro, Sebastião de Campos Arinos Junior, Cleonice Alves de Albres,  
18 Maria Aparecida Palmeira, Francisco Antônio de Souza, Jair Bezerra Xavier,  
19 Maria Aparecida Queiroz Mariano, Edgar Fernando do Nascimento Batista,  
20 Dalmo Freitas Barbosa, Josaine de Sousa Palmieri Oliveira, Lucinda  
21 Pedrosa do Rosário, Robson Barros Pereira, Marcia Terezinha de Almeida  
22 de Araújo, Emilene Maria de Paula, Heindnea da Silva Masselink e Maria  
23 Antônia Conceição de Souza Kuendig. **Participantes:** Odenir Gomes  
24 Olartechga e Karine Cavalcante da Costa. **Apoio Administrativo do CES:**  
25 Álan Deleclodi Tominaga, Deborah Leny Nascimento Espinoza, DeJane  
26 Barbosa de Oliveira, Fernando Alexandre da Luz dos Santos, Amanda  
27 Bartha Fernandes, Isadora Bordignon da Rocha, Aline Maria Dietz e Neraldo  
28 Dall Pogetto. **Secretária Executiva do CES:** Lívia Thaís Rodrigues Dutra.

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

29 O **Presidente Ricardo Alexandre**, pediu que o Conselheiro Edgar  
30 Fernando fizesse uma oração antes da reunião. Após a oração deu início a  
31 pauta, **1. EXPEDIENTE; 1.1. Justificativas de ausências;** Maurício  
32 Simões Corrêa, Crhistinne Cavalheiro Maymone Gonçalves, Adriana Carlos  
33 Muniz, Sebastião de Campos Arinos Júnior, Milton Gomes Silveira e Iara  
34 Gutierrez Cuelar. **1.2. Apreciação e aprovação da Pauta nº 187/2025;** O  
35 **Presidente Ricardo Alexandre** informou as inclusões no item deliberação  
36 **2.4 Aprovar a alteração da data de posse da eleição,** e **2.5**  
37 **Encaminhamento de assinaturas Dr. Mauricio, 2.6 Recomposição da**  
38 **Comissão Intersectorial de Educação Permanente para o Controle**  
39 **Social do SUS e 2.7 Referendar as Deliberações ad referendum 674 e**  
40 **676.** Questionou se todos estavam de acordo, **APROVADA. 1.3.**  
41 **Apreciação e aprovação das atas 386ª e 387ª Reunião Ordinária;**  
42 questionou se todos estavam de acordo, **APROVADAS. 2.**  
43 **DELIBERAÇÕES; 2.1. Aprovação da substituição de membros da**  
44 **Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST/CES/MS;** O  
45 **Presidente Ricardo Alexandre** informou a substituição do membro titular  
46 Fábio Proença Justino, pela titular Maria Neuza Eduardo de Santana, em  
47 substituição da suplente Roseli Aparecida de Carvalho, o suplente Magno  
48 Pereira Ozório. **APROVADA. 2.2. Aprovação do Guia de Registro e**  
49 **Comunicação;** A **Conselheira Ada Maria** comunicou que, a Comissão de  
50 Comunicação e Informação em Saúde elaborou um Guia de Registro e  
51 Comunicação para as representações e viagens realizadas em nome da  
52 CES. O material teve como objetivo padronizar e orientar a coleta de  
53 informações, imagens e vídeos durante eventos, reuniões, visitas técnicas  
54 ou formações, assegurando a produção de conteúdo de qualidade para  
55 divulgação nas redes sociais do CES. O guia apresentou orientações sobre  
56 os dados que deveriam ser registrados, instruções para a captação de fotos

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

57 e vídeos, procedimentos para o envio do material, além de dicas finais.  
58 Também foi disponibilizado um modelo de relatório para as viagens, na qual  
59 deve ser preenchido pelos conselheiros. Solicitou, portanto, que as  
60 comissões seguissem as diretrizes estabelecidas no documento para  
61 garantir a padronização. O **Presidente Ricardo Alexandre** questionou se  
62 todos estavam de acordo, **APROVADA. 2.3. Justificativa para a não**  
63 **homologação da Deliberação CES/MS nº 660/2025, que reafirma o**  
64 **posicionamento contrário à terceirização da gestão do SUS por meio**  
65 **de Organizações Sociais (OSS) – Ofício nº 1779/2025/GSE; O 2º**  
66 **Secretário André Vinicius** fez a leitura do Ofício nº 1799/2025/GSE: “ Em  
67 atenção à solicitação de publicação da Deliberação CES nº 660, de 2025,  
68 conforme deliberado na reunião 384ª do Conselho Estadual de Saúde de  
69 Mato Grosso do Sul, realizado em 28 de março de 2025, que cita o artigo  
70 2º. (O CES mantém o entendimento consolidado em suas deliberações  
71 anteriores contrárias à terceirização da gestão do Sistema Único de Saúde  
72 SUS por meio de organizações sociais de saúde, OSS, conforme  
73 estabelecido nas deliberações CES nº 556/2023, nº 371/2019 e nº  
74 282/2016.) Informamos que, objetivando dar continuidade às ações de  
75 descentralização e fortalecimento da regionalização como um processo  
76 fundamental para a consolidação e alcance dos princípios fundamentais do  
77 SUS, universalidade, integralidade e equidade, no Estado de Mato Grosso  
78 do Sul, a Secretaria de Estado e Saúde está cumprindo os trâmites legais  
79 para estabelecimento de contratos de gestão com a organização social,  
80 para o gerenciamento do Hospital Regional de Dourados. A celebração de  
81 parcerias com entidades não governamentais, sem fins lucrativos,  
82 formalizados por contratos de gestão com a Organização Social em Saúde,  
83 objetiva a modernização da gestão administrativa com a implantação de  
84 processos de trabalhos eficientes, efetivos e com cumprimento de metas a

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

85 serem atingidas com tempo e custo estipulados. A Lei Federal 9.637, de  
86 1998, autoriza o estabelecimento de contratos de gestão entre o poder  
87 público e as entidades de direito privado. As organizações sociais  
88 constituem uma inovação institucional, embora não representem uma nova  
89 figura jurídica. Elas se inserem na legislação vigente como associações civis  
90 sem fins lucrativos. Então, estão, portanto, fora da administração pública,  
91 como pessoas jurídicas de direito privado. A novidade será, de fato, a sua  
92 qualificação mediante decreto como organização social, ressaltando sua  
93 especificidade. Em Mato Grosso do Sul, a Lei nº 4698, de 20 de julho de  
94 2015, Regulamentos e requisitos de que trata o artigo 8º da Lei Estadual  
95 4.640, de 24 de dezembro de 2014. Capítulo 1. Das organizações sociais.  
96 Sessão 1, da qualificação. (Artigo 1º. O Poder Executivo poderá qualificar  
97 como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins  
98 lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica, ao  
99 desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio  
100 ambiente, à cultura, à saúde, à assistência social e ao atendimento à  
101 produção e à agricultura familiar, atendido aos requisitos previstos nesta lei.  
102 A Secretaria de Estado de Saúde estabelecerá que, na celebração de  
103 contratos de gestão entre o poder público e entidades de direito privado,  
104 deverá existir controle por parte do Estado para segurar o cumprimento das  
105 metas e aplicação correta dos recursos. Competirá à Coordenadoria  
106 Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria otimizar a gestão dos recursos  
107 públicos da saúde no Estado com acompanhamento, controle, avaliação e  
108 auditoria e fortalecimento do sistema estadual de saúde.) O Decreto nº  
109 14.660, de 10 de fevereiro de 2017, regulamenta as disposições da Lei  
110 Estadual nº 4698, de 20 de julho de 2015. Assim sendo, não  
111 homologaremos a deliberação conforme exposto acima”. O **Presidente**  
112 **Ricardo Alexandre** ressaltou que, em 28 de março de 2025, o Conselho

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

113 Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul reafirmou seu posicionamento  
114 contrário à terceirização da gestão do SUS por meio de Organizações  
115 Sociais (OSs), consolidado desde as deliberações de 2016, 2019 e 2023.  
116 Essa posição também foi defendida nas últimas três conferências estaduais  
117 e nacionais. Leu a Deliberação CES nº 660/2025, que teve como objetivo  
118 registrar formalmente esse entendimento, especificamente em relação à  
119 entrega do Hospital Regional de Dourados a uma OS. Contudo, o governo  
120 estadual recusou homologar a deliberação, alegando justificativas já  
121 apresentadas anteriormente. Diante disso, foi proposto aos conselheiros  
122 que deliberassem novamente sobre o tema, com duas opções:  
123 **1**, manter a deliberação e solicitar a publicação, conforme previsto no  
124 regimento; ou **2**, aceitar a justificativa da gestão, o que implicaria reconhecer  
125 o desrespeito às decisões do Conselho. Criticou a falta de transparência do  
126 Executivo e dos órgãos de controle, especialmente em relação às auditorias  
127 realizadas em unidades geridas por OSs. Apesar de reconhecer que a  
128 terceirização é uma diretriz da atual gestão, o presidente reafirmou a  
129 importância de manter seus posicionamentos históricos e registrar  
130 oficialmente suas deliberações, mesmo que não sejam acatadas pelo  
131 governo. Colocou em regime de votação nominal; A **Conselheira Edelma**  
132 votou na opção 2, declarou que, considerou que a justificativa fez um  
133 parecer claro, que tudo está sendo feito em tramites legais com  
134 embasamento jurídico. A **Conselheira Larissa Domingues** votou na opção  
135 **2**, o **Conselheiro Hermeto Paschoalick** votou na opção 1, a **Conselheira**  
136 **Angélica Congro** votou na opção 2, o **Conselheiro André Vinicius** votou  
137 na opção 2 e justificou seu voto ao destacar que há uma confusão conceitual  
138 recorrente entre terceirização e organizações sociais (OSs), sendo que não  
139 se trata da mesma coisa. Ressaltou que o modelo das OSs se assemelha  
140 mais ao sistema da Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

do que à terceirização tradicional. Considerou que essa mistura de termos nas falas pode induzir os usuários ao erro, confundindo e pressionando a votarem contra a deliberação de forma equivocada. Por fim, afirmou que entende as OSs como uma modalidade distinta de contrato de gestão, em que a responsabilidade permanece com o Estado, diferentemente de uma terceirização convencional, e, por isso, votou a favor da deliberação. As(os) **Conselheiras(os) Eliane Duarte, Josimar Figueiredo, Ricardo Bueno, Eurides Monteiro, Caio Leonedas, Evanilson Gonçalves, Helenair Carvalho, Marcela Montenegro, Cleonice Alves, Maria Palmeira, Jair Bezerra, Lucinda Pedrosa, Robson Pereira, Emilene Maria e Maria Antônia** votaram na opção 1. O **Conselheiro Edgar Batista** votou na opção 1 e declarou seu voto relatando que, no dia anterior, um site divulgou que o Ministério Público Estadual, por meio do promotor Dr. Gabriel, havia instaurado uma investigação sobre o contrato emergencial firmado com uma nova Organização Social (OS) para o Hospital Regional de Ponta Porã. Informou que nem o Conselho Estadual de Saúde nem o Conselho Local de Ponta Porã foram previamente comunicados sobre essa mudança, o que evidenciou falta de transparência por parte da gestão. Destacou que a investigação teve como motivação a ausência de chamamento público e de processo licitatório, procedimentos obrigatórios para esse tipo de contratação. Diante disso, questionou a alegação da legalidade plena por parte do governo, uma vez que a situação não pareceu estar em total conformidade com os princípios legais e administrativos. A **Conselheira Josaine Oliveira** se absteve. O **Presidente Ricardo Alexandre** informou que, a deliberação do Conselho Estadual de Saúde foi mantida e a publicação **foi APROVADA**, por 17 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção. **2.4. Aprovar a alteração de data da posse da eleição;** O **Presidente Ricardo Alexandre** Inicialmente, propôs a realização da posse

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

no dia 8, no entanto, essa data se mostrou inviável. A alternativa do dia 15 também apresentou dificuldades, devido à ausência de alguns membros. Diante disso, decidiu agendar a posse para o dia 29, data já prevista para a reunião ordinária. Como se trata de um momento de posse, optou por convocar uma reunião extraordinária no mesmo dia, que será iniciada com a cerimônia de posse e eleição da nova mesa diretora, seguida imediatamente pela realização da reunião ordinária. Informou ainda que o Dr. Maurício ficará encarregado de assinar os tramites legais, para conduzir da melhor forma as reuniões agendadas no calendário do CES. A **Conselheira Cleonice** observou que houve um equívoco quanto à interpretação do regimento. Considerando que o Conselho ainda estava seguindo o regimento anterior, esclareceu que o texto aprovado estabeleceu, em seu artigo referente à mesa diretora, embora o dispositivo não estivesse em mãos no momento, que o mandato da mesa diretora se encerraria apenas com a posse da nova mesa. Portanto, conforme o regimento vigente, a atual mesa diretora permanece responsável pelas atividades do colegiado até que a nova mesa assumisse formalmente, mesmo que seus membros ainda não tivessem sido oficialmente nomeados. O **Presidente Ricardo Alexandre** informou que não teve objeções a apresentar e que, caso o Dr. Maurício solicitar as passagens e demais providências, estará tudo regularizado. A **Conselheira Cleonice** destacou que seria necessário responder formalmente para evitar eventuais questionamentos por parte do Ministério Público. Ressaltou que o processo eleitoral foi conduzido de forma adequada e transparente, e que não faria sentido comprometer a legalidade do procedimento neste momento, após todo o cuidado já adotado. A **Conselheira Edelma Lene** reconheceu o esforço coletivo para superar as dificuldades enfrentadas ao longo do processo eleitoral, que foi conduzido com dedicação e empenho por todos

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

os envolvidos. Destacou que o processo foi construído com muito esforço, com a participação ativa da comissão eleitoral e o apoio da gestão, que inclusive interveio junto à SAD em diversas ocasiões, solicitando publicações em caráter extraordinário para garantir o cumprimento dos prazos legais. Afirmou que a proposta da mesa diretora foi a realização da reunião no dia 29, com efeitos retroativos ao término do mandato atual, como forma de regularizar a situação. No entanto, a conselheira expressou discordância quanto à legalidade da continuidade da atual mesa diretora, argumentando que, uma vez encerrado o mandato dos conselheiros que a compõem, a mesa também teria perdido sua legitimidade. Por fim, esclareceu que essa condição não impediu o andamento das providências administrativas, pois a Secretaria Executiva do Conselho, com o aval da gestão, se comprometeu a executar todas as ações necessárias, como emissão de passagens, diárias e cadastros, garantindo a continuidade do funcionamento do colegiado. A **Conselheira Maria Antônia** registrou que a medida que daria amparo legal tanto ao Dr. Maurício quanto ao próprio Conselho seria a prorrogação formal do mandato da mesa diretora até a data da posse da nova composição. Solicitou que essa observação constasse em ata, reforçando que essa seria uma forma legítima de assegurar a continuidade da representação. O **Conselheiro Edgar Batista** ressaltou que o dia atual marcou o encerramento do mandato, o qual já havia sido prorrogado por mais 60 dias após intensas negociações. Todas as decisões necessárias foram tomadas e encaminhadas durante a reunião, e reiterou que, ao final, o ordenador de despesas sempre foi o secretário de Estado, sendo ele o responsável pelas autorizações finais. Informou que as ordens e os encaminhamentos já haviam sido emitidos e que a Secretaria Executiva estava executando as providências conforme orientações recebidas. Lembrou ainda que o colegiado se reúne apenas uma vez por



**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

mês, e que os trâmites estavam em curso normalmente, sem prejuízos ao funcionamento do Conselho. Diante disso, considerou desnecessárias as discussões levantadas, comparando à busca de problemas onde não há, e afirmou que o próximo mandato, ainda que composto por outros membros, receberia todas as questões administrativas já encaminhadas e com despesas resolvidas. O **Presidente Ricardo Alexandre** colocou em regime de votação, as **Conselheiras Maria Antônia e Cleonice Alves** votaram contrário, com a maioria de votos a favor, **APROVADA. 2.5 Encaminhamento de assinaturas Dr. Mauricio; O Presidente Ricardo Alexandre** informou que o Dr. Maurício autorizou todos os encaminhamentos necessários relacionados à conferência, os quais serão realizados pela secretária do CES, em nome do Conselho. Esclareceu que a conferência ocorreria em Brasília e, que seriam necessárias providências para a compra de passagens e pagamento de diárias para os participantes, com deslocamento previsto para os dias 16 e 17, e retorno nos dias 21 e 22. Ressaltou que essas medidas visaram garantir a participação efetiva na conferência, que contará com a presença de 30 delegados representando o estado. Colocou em regime de votação, A **Conselheira Cleonice** votou contra, o restante a favor, **APROVADA. 2.6 Recomposição da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS; A Conselheira Cleonice Alves** informou que algumas instituições ainda não haviam enviado suas indicações, apesar de já ter realizado as solicitações conforme previsto no regimento da Comissão Intersetorial de Educação Permanente em Saúde (CIEPS). Esclareceu que, entre as respostas recebidas, constavam apenas as instituições que atenderam à solicitação. No entanto, como o regimento atual mencionava nominalmente determinadas universidades, não foi possível substituir uma instituição por outra, por exemplo, a UCDB não enviou representante, pela Unigran, que já

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

253 havia indicado um nome. Informou também que a comissão já estava  
254 revisando o regimento com vistas à próxima composição. Diante disso, foi  
255 solicitado o encaminhamento e aprovação da nova composição da CIEPS,  
256 com a finalidade de garantir a realização das oficinas do CEAP (Centro de  
257 Educação e Assessoramento Popular). Ressaltou que a oficina prevista  
258 para o município de Coxim, no dia 13, foi cancelada, e que ainda estão  
259 previstas três oficinas nos meses de agosto, setembro e outubro cujas  
260 inscrições já estavam sendo realizadas. O **2º Secretário André Vinicius**  
261 manifestou contrário à recomposição da comissão, argumentando que  
262 ainda havia instituições que não confirmaram seus indicados e outras que  
263 não estavam previstas no regimento. Apesar de reconhecer a intenção de  
264 agilizar os trabalhos, defendeu que a proposta fosse retirada ou, caso  
265 mantida, votaria contra. A **Conselheira Cleonice** defendeu que, caso a  
266 nova composição da comissão não fosse aprovada, o mandato atual fosse  
267 prorrogado por, no mínimo, 30 dias, para evitar prejuízos às atividades  
268 planejadas durante três anos. Criticou o fato de a última prorrogação ter sido  
269 solicitada pela mesa sem consulta à comissão. Sugeriu aprovar a nova  
270 composição apenas com as instituições previstas no regimento e que  
271 enviaram indicações válidas, retirando as que não se enquadram. Reforçou  
272 a necessidade de coerência para garantir a continuidade da educação  
273 permanente. O **Conselheiro Caio Leonedas** demonstrou ser contrário à  
274 recomposição da comissão durante o período de transição da mesa diretora.  
275 Argumentou que, estando o Conselho sem mesa efetiva e sob  
276 responsabilidade administrativa do secretário, não haveria legitimidade para  
277 nomeações ou indicações. Ressaltou que as comissões são parte do  
278 colegiado e também estariam sujeitas à suspensão. Apesar de reconhecer  
279 a importância da educação permanente, especialmente para sua entidade  
280 (CUT), defendeu que qualquer nova composição fosse adiada até a

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

281 regularização da nova gestão. A **Conselheira Cleonice** ressaltou que o  
282 regimento da comissão da CIEPS foi aprovado em 2023 e que a maioria das  
283 instituições indicadas já constava no regimento, com exceção de duas  
284 universidades. Destacou o trabalho da Secretaria Executiva na organização  
285 das indicações e relatou que a comissão enviou um ofício solicitando apoio  
286 para a realização da oficina em Coxim, prevista para os dias 13 e 14 de  
287 agosto, com a participação de apenas quatro membros. Informou que a  
288 solicitação foi negada verbalmente, sem justificativa formal, o que gerou  
289 prejuízo às atividades da comissão. Diante disso, expressou desconfiança  
290 quanto à garantia de apoio para ações futuras e reforçou a importância de  
291 decisões baseadas em documentos oficiais. O **Presidente Ricardo**  
292 **Alexandre** questionou a conselheira Cleonice, se todas as entidades  
293 mencionadas na recomposição constam no regimento da comissão. A  
294 **Conselheira Cleonice** esclareceu que todas as entidades indicadas  
295 estavam previstas no regimento da comissão, com exceção de duas  
296 universidades que haviam sido convidadas, mas que não constavam  
297 nominalmente no texto, o qual, infelizmente, faz referência direta aos nomes  
298 das instituições. Destacou que os demais representantes foram indicados  
299 conforme o regimento vigente. A **Secretaria Executiva Lívia Thaís** explicou  
300 que o questionamento da mesa se referiu ao fato de que, conforme o  
301 regimento da comissão da CIEPS, determinadas instituições possuem vaga  
302 cativa, mas não estavam contempladas na composição apresentada. Ao  
303 mesmo tempo, foram incluídas outras instituições que não estavam  
304 previstas no regimento vigente. O **Presidente Ricardo Alexandre** afirmou  
305 que vinha tentando evitar incluir pautas de última hora sem diálogo prévio,  
306 e que já tentava alertar sobre a situação há algum tempo. Ressaltou as  
307 dificuldades de estar na presidência, mencionando que decisões tomadas  
308 sem o devido cuidado podem gerar questionamentos e comprometer a

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

309 regularidade dos atos. Alertou que, em situações assim, há risco de o Dr.  
310 Maurício, optar por não publicar a deliberação, e defendeu maior cautela e  
311 organização nas propostas apresentadas. A **Conselheira Cleonice** relatou  
312 que, apesar da tentativa de garantir a realização da oficina prevista no plano  
313 aprovado pelo Conselho, não houve acordo na secretaria de estado de  
314 saúde e a atividade foi cancelada. Expressou desconfiança quanto à  
315 autorização de novas ações pelo Dr. Maurício e alertou para o risco de  
316 lacuna na gestão, já que o regimento previa a continuidade da mesa diretora  
317 até a posse da nova. O **Presidente Ricardo Alexandre** informou que a  
318 oficina de Aquidauana foi suspensa. Relatou que houve diálogo com o Jorge  
319 sobre a realização da oficina em Aquidauana. Disse que, Jorge já havia  
320 sinalizado dificuldades, especialmente pela falta de inscritos. Mesmo assim,  
321 a comissão inicialmente demonstrou disposição em realizar a atividade.  
322 Posteriormente, durante reunião com a mesa, foi discutida a dificuldade de  
323 mobilização de participantes, especialmente devido ao período de transição  
324 da gestão. Destacou que a realização da oficina exigiria estrutura  
325 significativa, mas, diante da baixa adesão prevista, entendeu-se que não  
326 seria viável manter o evento, pois haveria risco de esvaziamento. A  
327 **Conselheira Cleonice** defendeu a aprovação da nova composição da  
328 comissão, destacando que o mandato é regimentalmente da comissão, e  
329 não dos conselheiros. Relatou que a comissão se reuniu no dia 23 e que as  
330 discussões sobre os problemas das oficinas não foram levadas a ela.  
331 Ressaltou que Jorge, responsável pelas oficinas, participou da reunião, e  
332 reafirmou o compromisso da comissão com a continuidade dos trabalhos,  
333 questionando a necessidade de comissão caso suas funções fossem  
334 assumidas por outros. O **2º Secretário André Vinicius** destacou que as  
335 discussões no Conselho não devem assumir um caráter pessoal, mas sim  
336 técnico e institucional. Falando como diretor da Escola de Saúde Pública e

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

da Escola Técnica, reforçou o envolvimento e apoio dessas instituições nas comissões. Justificou seu pedido de retirada da pauta da recomposição da comissão por identificar inconsistências técnicas na proposta apresentada. Ressaltou que a escola cede técnicos qualificados para atuação no Conselho e que o momento atual, de transição e reconstrução institucional, exige cautela e condução serena por parte da mesa diretora. Por fim, defendeu que o processo ocorra de forma articulada, respeitosa e responsável, visando garantir a continuidade das atividades com coerência e estabilidade. O **Presidente Ricardo Alexandre** criticou a postura de atribuir ao Conselho os méritos das ações bem-sucedidas, enquanto responsabiliza exclusivamente a mesa diretora por eventuais problemas. Apontou a incoerência dessa narrativa, destacando que o trabalho é coletivo e que a mesa também faz parte do Conselho. A **Vice-Presidente Marcela Fardim** expressou, de forma crítica, o desejo de que a próxima composição da mesa diretora enfrente as mesmas dificuldades ou até maiores, que a atual gestão enfrentou, evidenciando o nível de insatisfação com os desafios e a falta de reconhecimento pelo trabalho realizado. O **Presidente Ricardo Alexandre** colocou em regime de votação. As(os) **Conselheiras(os) Helenair Carvalho, Cleonice Alves, Edgar Fernando, Josaine Oliveira, Robson Pereira, Emilene Maria, Maria Antônia** votaram a favor de MANTER. As(os) **Conselheiras(os) Edelma Lene, Larissa Domingues, Hermeto Paschoalick, Angélica Congro, André Vinicius, Eliane Duarte, Josimar Figueiredo, Ricardo Alexandre, Eurides Monteiro, Caio Leonedas, Evanilson Gonçalves, Marcela Montenegro, Maria Palmeira, Jair Xavier, Lucinda Pedrosa** votaram a favor da RETIRADA. Item retirado de pauta. A **Vice-Presidente Marcela Fardim** cobrou da Comissão da CIEPS que, nas próximas reuniões, realize um trabalho mais articulado com o fórum, ressaltando que as decisões não foram previamente discutidas

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

365 nesse espaço. Afirmou que, por não ter sido informada, não se sentia  
366 obrigada a manter o posicionamento da comissão no pleno. Defendeu-se  
367 de críticas recebidas e reafirmou seu compromisso com o papel de  
368 representação do fórum na mesa diretora. **2.7 Referendar as Deliberações**  
369 **ad referendum 674 e 676;** O **Presidente Ricardo Alexandre** apresentou  
370 as deliberações e questionou se todos estavam cientes, ninguém contrário,  
371 **APROVADA.** O **Presidente Ricardo Alexandre** comunicou que inverteu a  
372 pauta, seguindo para os informes. **4. INFORME; 4.1. Termo de Intimação**  
373 **- Tribunal de Contas do Estado do Estado – Parecer do CES 2023;** O  
374 **Conselheiro Caio Leonedas** relatou que o Tribunal de Contas cobrou  
375 formalmente o parecer do Conselho Estadual de Saúde sobre prestações  
376 de contas da SES, destacando que a ausência de deliberação pode causar  
377 prejuízos, como a suspensão de repasses. Informou que recebeu  
378 documentos da área técnica com dados de 2023 e 2024, os quais seriam  
379 encaminhados à mesa para subsidiar uma resposta. Criticou a falta de  
380 articulação entre gestão e Conselho, bem como os sucessivos pedidos de  
381 vista sem justificativas, que travaram os processos. Defendeu que as  
382 análises das contas públicas sejam feitas ainda no mesmo exercício, e  
383 alertou para a importância de fortalecer a atuação institucional do Conselho.  
384 Considerou positiva a cobrança do TCE, por reconhecer o papel do  
385 colegiado no controle social. A **Conselheira Edelma Lene** reconheceu os  
386 esforços da Comissão, mas destacou falhas recorrentes como atrasos  
387 injustificados, retirada de pautas sem explicação e pareceres emitidos  
388 individualmente. Reforçou que a SES entrega a documentação no prazo e  
389 o Conselho oferece suporte logístico, mas os pareceres continuam não  
390 sendo emitidos. Demonstrou preocupação com a cobrança do TCE e pediu  
391 que, no novo mandato, a Comissão priorize os pareceres de 2023 e 2024,  
392 a fim de regularizar os atrasos e melhorar a atuação institucional. A

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

**Conselheira Maria Antônia** lembrou que, conforme explicado por Quézia em reunião anterior, todos os conselheiros podem ter acesso ao sistema, embora apenas o presidente do Conselho possa inserir ou responder dados. Ressaltou a importância de acompanhar o sistema e agir diante de pendências, pois estas afetam diretamente o nome do Conselho. Observou ainda que o novo regimento separa as comissões de orçamento e plano, o que pode facilitar os trabalhos. Por fim, defendeu que o Conselho Estadual de Saúde (CES) deve contar com apoio jurídico próprio, independente da PGE, para garantir maior autonomia e agilidade nas análises e deliberações.

**O Conselheiro Caio Leonedas** propôs que toda documentação enviada pela gestão seja apresentada ao Pleno antes de ser analisada pela comissão, garantindo transparência e resguardando o Conselho e a gestão. Também sugeriu reorganizar a Comissão de Orçamento e Plano, dividindo os 14 membros em grupos para agilizar os pareceres e regularizar os processos até o fim de 2025. A proposta será levada à nova mesa diretora como compromisso de retomada da celeridade nas atividades do Conselho.

**4.2. Ofício nº 1332/2025/32PJ/CGR – Ministério Público do Estado – Procedimento Administrativo nº 09.2025.00006912-9 sobre o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) do HRMS;** **O Presidente Ricardo Alexandre** informou que, o Ministério Público solicitou esclarecimentos ao Conselho Estadual de Saúde (CES) sobre sua ciência e deliberação a respeito da proposta de Parceria Público-Privada (PPP) envolvendo o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Em resposta, o CES informou que: Teve conhecimento da proposta apenas por meio de uma apresentação feita na 382ª Reunião Ordinária, em novembro de 2024, sem que houvesse deliberação ou parecer técnico do Pleno até o momento. Expressou preocupação com a ausência de participação do controle social no processo, conforme prevê a legislação do SUS. Indicou que a mudança

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

da gestão do hospital (de municipal para estadual) comprometeu o funcionamento do Conselho Local, que agora precisa ser reestruturado sob responsabilidade do CES. Ressaltou que não há experiências anteriores de PPP na saúde estadual e reafirmou sua posição contrária à terceirização e à gestão por organizações sociais, conforme deliberações anteriores. Criticou a criação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias sem consulta ou participação do CES, alertando para conflito de competências e esvaziamento do controle social. Por fim, foi solicitado à gestão que o CES passe a participar efetivamente das discussões sobre a PPP, considerando o impacto direto na estrutura da saúde pública e nos trabalhadores, que estão desinformados sobre o processo. Reforçou a necessidade de diálogo com o governo e articulação com sindicatos e demais entidades. **4.3.**

**Conclusão do Processo Eleitoral do Triênio 2025– 2028; A Conselheira Cleonice Alves** informou que, a Comissão Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde apresentou o encerramento da etapa de análise documental do processo eleitoral para o triênio 2025-2028. Foram habilitadas 17 entidades do segmento de usuários (13 aptas e 4 inaptas), 14 do segmento trabalhador (13 aptas e 1 inapta — Sindicato dos Médicos), além de 2 prestadoras de serviços e os indicados da gestão estadual e COSEMS, todos considerados aptos. Comunicou que, foi publicado o Ato nº 4 da Comissão com a lista oficial de entidades aptas e inaptas. A comissão também informou que não houve interposição de recursos durante o período previsto. Esclareceu que, diante das pendências documentais de algumas entidades já habilitadas e indicadas, a comissão propôs abrir um prazo até o dia 30 para que elas regularizem a documentação, considerando que foram eleitas e que a comissão não tem competência para invalidar o resultado da eleição. A proposta visa garantir a participação dessas entidades no novo mandato, respeitando o processo já realizado. O 2º



**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

**Secretário André Vinicius** relatou que, a comissão atuou com autonomia, conforme previsto no edital, e contou com forte apoio da gestão, que trabalhou intensamente para viabilizar a publicação da habilitação das entidades, inclusive auxiliando na emissão de certidões. O Ministério Público foi previamente alertado, e todo o processo transcorreu com êxito. Reconheceu que, embora algumas entidades não tenham conseguido cumprir os prazos, a maioria atendeu às exigências, o que exigiu valorização e respeito à legalidade. Ressaltou-se que o edital já previa a possibilidade de um novo processo eleitoral, o qual deverá ser construído futuramente para contemplar as entidades inabilitadas. Por fim, destacou que não seria possível prorrogar o atual processo, uma vez que as nomeações já seriam publicadas por decreto a partir do dia seguinte, sendo a posse prevista para o fim do mês. A **Conselheira Cleonice Alves** destacou que, no Ato nº 3, ficou definido que as oito vagas em aberto no segmento de usuários, por falta de entidades suficientes, seriam preenchidas por um novo processo conduzido pela mesma comissão. Ressaltou que não houve previsão sobre casos de entidades habilitadas que não apresentassem documentação. Manifestou dúvida sobre o poder da comissão para declarar inaptidão e impedir a nomeação, lembrando que já recebeu novas certidões e que alguns casos podem ter sido regularizados. Alertou para o risco de não fixar prazo e gerar recursos ou impugnações, como já anunciado por um conselheiro. A **Vice-Presidente Marcela Fardim** parabenizou a comissão pelo trabalho árduo na coleta de documentos das entidades e representantes, destacando que assumiram tarefas que seriam responsabilidade das próprias entidades. Reconheceu o cumprimento rigoroso dos prazos, a importância da comunicação com o Ministério Público e o apoio da gestão, servidores e máquina administrativa. Ressaltou que o trabalho realizado foi muito além do esperado, com apoio essencial da

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

Secretaria Executiva, garantindo que todos estivessem habilitados para a próxima gestão. Finalizou agradecendo também aos futuros membros que serão nomeados e empossados na próxima reunião. O **Conselheiro Edgar Batista**, representante dos usuários e membro da comissão eleitoral, relatou que o processo eleitoral encerrou-se no dia anterior, às 14h, e que o prazo para entrega das certidões era até 22/07 às 17h. Mesmo assim, a comissão se reuniu nos dias 23 e 24, entrando em contato individualmente com todos os eleitos para auxiliar na entrega dos documentos, tarefa que era de responsabilidade das instituições, não da comissão. Segundo ele, todos os eleitos estavam com pendências, mas a equipe se esforçou além de suas atribuições, trabalhando quase dois dias inteiros na análise e conferência da documentação, com apoio da secretaria executiva e membros designados. Parabenizou a equipe pelo empenho e reforçou que quem não entregou a documentação dentro do prazo não poderá ter o processo retroativo, devendo apresentar os documentos para tomar posse em um segundo momento. A **Conselheira Cleonice Alves** observou que, no edital, anexado à ficha de cadastro, consta que, caso a entidade seja eleita, deverá apresentar novamente determinadas certidões no ato da posse. Isso não havia sido considerado pela comissão ao analisar entidades com documentação incompleta. A preocupação é que, se a eleição não for considerada por falta dessas certidões e houver recurso, tal cláusula possa gerar questionamentos. A proposta é que, na segunda-feira, as quatro entidades do segmento dos usuários que estavam faltando apenas essas certidões complementem a documentação e, caso isso ocorra, sejam incluídas no ato de nomeação e decreto. A ata final da comissão registraria esse entendimento para evitar brechas para recursos e prejuízos. O **2º Secretário André Vinicius** criticou tentativas de mudar decisões após a conclusão do processo eleitoral, ressaltando que tudo foi conduzido de

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

505 forma limpa, transparente e acompanhada pelo Ministério Público. Afirmou  
506 que, se alguém se sentir prejudicado, pode recorrer ao MP, e que os  
507 servidores estão tranquilos quanto à lisura do trabalho. Destacou que os  
508 requisitos foram cumpridos, que houve mobilização para entregar  
509 documentos e que não é correto flexibilizar regras de última hora. Defendeu  
510 seguir para um novo processo eleitoral, valorizando quem cumpriu as  
511 exigências no prazo e preservando a seriedade e o esforço do trabalho  
512 realizado. O **Presidente Ricardo Alexandre** apoiou o posicionamento do  
513 André e relatou o esforço feito por todos para cumprir prazos e enviar a  
514 documentação exigida, mesmo com dificuldades. Contou que houve  
515 prorrogação do prazo e mobilização para resolver pendências, contrastando  
516 com casos de instituições que não se empenharam. Destacou que seguir o  
517 processo corretamente evita impugnações e mantém a credibilidade,  
518 mesmo com parceiros importantes. Afirmou que é preciso realizar um novo  
519 chamamento para recompor a representação, conforme previsto, e sugere  
520 que o grupo já defina uma data para a próxima reunião, visando concluir o  
521 processo rapidamente. O **Conselheiro Francisco Antônio** agradeceu à  
522 comissão, relata ter enfrentado dificuldades para reunir a documentação  
523 necessária, reconheceu que parte não foi aproveitada e deseja bênçãos  
524 para todos no novo mandato. Informou que antes era suplente e agora será  
525 conselheiro, comprometendo-se a contribuir, e se despede, pois está de  
526 viagem. O **Conselheiro Caio Leonedas** representando o segmento dos  
527 trabalhadores, agradeceu à Comissão Eleitoral e aos colegas pelo convívio  
528 durante o mandato, destacou que eventuais divergências foram apenas de  
529 opinião, nunca pessoais. Reconheceu que aprendeu a recuar quando  
530 estava equivocado e valoriza os momentos bons e ruins compartilhados.  
531 Ressaltou a importância da paciência e do respeito mútuo, lembrando a  
532 longa trajetória de alguns membros no Conselho, e encerra desejando que

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

533 todos sejam melhores a cada dia, não apenas no discurso, mas também  
534 nas ações. O **Conselheiro João Batista** afirmou evitar julgar pessoas, mas  
535 relatou já ter sido alvo de comentários e julgamentos. Parabenizou a  
536 Comissão Eleitoral, em especial Cleonice, pelo empenho. Questionou a  
537 atuação da Procuradoria-Geral, ressaltando que deve servir ao interesse  
538 público, e critica a ausência de assessoria jurídica no processo eleitoral,  
539 considerando isso uma falha grave. Por fim, levantou dúvidas sobre o  
540 cronograma publicado, apontando que a data prevista para resposta aos  
541 recursos das instituições não estaria claramente indicada. Retirou seu nome  
542 da indicação do sindicato para o momento atual, informando que outro  
543 representante, como Sirlom ou outra pessoa, assumiria em seu lugar.  
544 Esclareceu, ainda, que sua manifestação não teve cunho pessoal ou  
545 motivação por interesse próprio. **4.4. Conferências Municipais de Saúde**  
546 **para construção dos Planos Municipais de Saúde;** O **Presidente**  
547 **Ricardo Alexandre** informou no grupo de presidentes e secretários  
548 executivos, Livia compartilhou um levantamento segundo o qual 18  
549 municípios realizaram o processo, 17 não o realizaram e 26 ainda o  
550 realizarão. Assim, constatou-se que menos da metade dos municípios  
551 concluíram a etapa. Informou-se, ainda, que o monitoramento seguirá sendo  
552 realizado. **4.5.ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da**  
553 **Trabalhadora (5ª CNSTT), 18 a 21 de agosto de 2025;** O **Presidente**  
554 **Ricardo Alexandre** informou que, o evento foi agendado para os dias 18 a  
555 21. Destacou que, a delegação contou com 30 delegados, inicialmente  
556 seriam 32, mas dois tiveram impedimentos. Também foram incluídos um  
557 acompanhante, três convidados e dois representantes PCD. Edgar foi eleito,  
558 no dia anterior, como o chefe da delegação. **4.6. Conferência Livre "Saúde**  
559 **das Mulheres" – Etapa da 5ª CNPM e o Seminário Nacional sobre a**  
560 **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) nos**

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

561 **dias 9 e 10 de agosto de 2025; A Vice-Presidente Marcela Fardin**  
562 informou que, o Conselho Nacional convocou a realização de uma  
563 Conferência Livre de Saúde das Mulheres, como parte da construção da 5ª  
564 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada por outra  
565 superintendência. Foi proposta a realização, nos dias 9 e 10, da Conferência  
566 Livre e do Seminário Nacional da Política Nacional de Atenção Integral à  
567 Saúde das Mulheres. Comunicou que, o objetivo dessa conferência livre foi  
568 reunir propostas que subsidiem a etapa nacional, prevista para ocorrer em  
569 Brasília, entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro, com o tema "Mais  
570 Democracia, Mais Igualdade, Mais Conquista para Todas." Ficou a  
571 incumbência para o CISMU de elaborar e encaminhar propostas para essa  
572 conferência, mesmo diante do tempo reduzido. **4.7. Consulta Pública –**  
573 **Revisão dos Instrumentos de Avaliação da Graduação – INEP; A Vice-**  
574 **Presidente Marcela Fardin** relatou que, o Conselho Nacional de Saúde  
575 realizou uma consulta pública com o objetivo de orientar a contribuição do  
576 controle social no processo de avaliação dos novos instrumentos de  
577 avaliação in loco de cursos de graduação, no âmbito do Sistema Nacional  
578 de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Salientou que, essa iniciativa  
579 esteve alinhada ao posicionamento constante do Conselho, que sempre se  
580 manteve atento à qualidade dos cursos de graduação na área da saúde,  
581 especialmente manifestando contrariamente às formações online ou  
582 semipresenciais. Comunicou que, a consulta pública ficou disponível no  
583 período de 18 de junho a 18 de julho. O prazo já se encerrou e, em breve,  
584 será divulgado o respectivo relatório com os resultados. **4.8. Projeto**  
585 **Participa +: Formação para o Controle Social no SUS – Oficina para**  
586 **conselheiros de saúde e lideranças de movimentos (Aquidauana, Nova**  
587 **Andradina e Ponta Porã); O Presidente Ricardo Alexandre** informou que,  
588 a atividade prevista em Aquidauana foi suspensa, e uma nova data será

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

589 definida. Destacou que, a conselheira Cleonice não se manifestou no  
590 momento, e as informações atualizadas serão repassadas na próxima  
591 reunião. **4.9. 2ª Oficina de Formação de Coordenadores de Plenária;** A  
592 **Conselheira Ada Maria** repassou um vídeo explicativo da conferencia,  
593 apontou que, a Comissão de Educação Permanente (CIEPS) atuou  
594 intensamente nos dois dias de atividades, durante os quais foram abordados  
595 temas como as atribuições do coordenador de plenária, a Educação  
596 Permanente no Controle Social, o SEAC, os Instrumentos de Gestão da  
597 Saúde do SUS, o Ciclo de Instrumentos de Gestão, o DIGI-SUS e o Plano  
598 Diretor de Regionalização. Destacou que, os participantes elaboraram  
599 planos de ação para serem executados em seus respectivos territórios, com  
600 posterior devolutiva à comissão. Reforçou que o trabalho ainda está sendo  
601 desenvolvido com base nas 11 microrregiões, considerando que os  
602 coordenadores de plenária são os responsáveis pelas visitas às cidades que  
603 compõem essas regiões. Nessas visitas, os conselheiros têm solicitado  
604 prioritariamente ações de formação e capacitação, razão pela qual esse  
605 público foi priorizado. **4.10. Visita técnica da Coordenação Estadual de**  
606 **Plenárias de Conselhos de Saúde à microrregião de Ponta Porã;** O  
607 **Conselheiro Eleonor Ximenes**, representante do segmento dos  
608 trabalhadores, relatou que, após a realização do curso de formação, foi  
609 realizada a primeira visita técnica aos municípios de Coronel Sapucaia,  
610 Tacuru, Paranhos e Sete Quedas. Informou que, durante as visitas, foram  
611 analisados os regimentos internos, os atos de criação dos conselhos e suas  
612 composições. Também foram abordados temas como o SIACS, DigiSUS,  
613 as conferências de saúde e demais conteúdos relevantes, visando o  
614 fortalecimento dos conselhos. Observou que os conselhos municipais de  
615 saúde visitados apresentaram avanços significativos, tanto em organização  
616 quanto em nível de exigência, cobrando maior apoio técnico para aprimorar

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

617 sua atuação regional. Diante disso, a equipe propôs a realização de um  
618 curso, na própria microrregião, com foco nos instrumentos de gestão do  
619 SUS, a fim de aprofundar o conhecimento e qualificar ainda mais a atuação  
620 dos conselhos. **4.11. Aniversário de 34 anos do CES/MS; O Presidente**  
621 **Ricardo Alexandre** informou que o CES completou 34 anos e, mesmo após  
622 a data, iniciaram-se articulações para registrar a trajetória da instituição  
623 nesses anos. A equipe da secretaria executiva, junto com Elias e Livia,  
624 realizou um levantamento com os membros mais antigos, com o objetivo de  
625 produzir entrevistas e montar um vídeo comemorativo. Esclareceu que,  
626 devido ao adiantado da hora, a participação da conselheira Karina foi adiada  
627 para a próxima reunião. Encerrou, assim, um ciclo de trabalho na mesa  
628 diretora, com conselheiros deixando suas funções e outros assumindo  
629 novos papéis. Destacou que esse período foi de aprendizado e crescimento  
630 pessoal. Reconheceu que, no início, sua postura era mais intransigente,  
631 mas aprendeu, ao longo do tempo, que o diálogo é essencial para que os  
632 processos avancem. Agradeceu a todos os colegas que colaboraram nesse  
633 período e relembrou episódios marcantes da militância no controle social,  
634 como uma manifestação simbólica contra declarações de um ex-secretário  
635 de saúde. Mencionou que a recomposição das comissões ainda está em  
636 discussão, seguindo diretrizes dos fóruns nacionais. Muitos conselheiros  
637 que se afastaram poderão ser reintegrados futuramente, conforme as  
638 definições que ocorrerão após a posse da nova mesa diretora, marcada  
639 para o dia 29. O Presidente agradeceu, emocionado, a todos os presentes  
640 pelo apoio e reafirmou o compromisso de seguir contribuindo com o controle  
641 social no novo ciclo que se inicia. A **Vice-Presidente Marcela Fardim**  
642 registrou o agradecimento pela passagem de nove anos de atuação no  
643 Conselho. Compartilhou fotos e memórias com Livia e Bueno, lembrando  
644 momentos importantes dessa trajetória. Expressou gratidão a todos pelas

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**  
**388ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CES/MS**  
**25 DE JUNHO DE 2025**

645 contribuições, pelo conhecimento compartilhado e pela experiência  
646 adquirida ao longo do período. Desejou sucesso aos que permanecerão  
647 trilhando o caminho no Conselho. Agradeceu, ainda, o apoio da Secretaria  
648 Executiva, na pessoa de Lívia e seus colaboradores, bem como à gestão,  
649 que possibilitou a vinda de representantes do interior para que pudessem  
650 exercer seu papel com efetividade. Finalizou com um agradecimento  
651 sincero a todos. Não havendo nada mais a ser tratado o **Presidente**  
652 **Ricardo Alexandre** encerrou a Reunião, agradecendo a presença de todos  
653 e desejando um bom retorno a todos. E para constar está ata foi lavrada por  
654 **Fernando Alexandre da Luz dos Santos** e após aprovada será assinada  
655 pelo **1º Secretário Sebastião de Campos Arinos Júnior**.